

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

10 a 17 de Fevereiro de 1992 N925

ÁFRICA DO SUL: Governo a procura de investimento estrangeiro, enquanto o Inkatha atrapalha a reforma constitucional.

O Presidente de Klerk, juntamente com Nelson Mandela e Mangosuthu Buthelesi, deslocou-se à Suíça na tentativa de atrair investimentos para a África do Sul. Com o mesmo objetivo, de Klerk reuniu-se em Paris com 35 executivos de grandes empresas francesas. O Presidente buscou dar garantias quanto ao processo de democratização e pacificação da África do Sul. A reação parece ter sido positiva, aguardando-se uma visita de empresários franceses à África do Sul para os dias 8 a 12 de março (p.12).

Apesar do apoio de seus líderes a esta busca de capital externo, o ANC e o Inkatha mantêm posturas diversas quanto à reforma constitucional. O Inkatha propõe que a maioria negra do país continue privada do voto até a conclusão do processo democrático e a consequente elaboração de uma constituição, não aceitando qualquer solução interina. A participação a nível governamental daqueles que não estão representados no parlamento seria suficiente até as eleições sob a nova constituição.

O ANC por sua vez pretende que a constituição seja substituída por um organismo democraticamente eleito, eventualmente uma versão alargada do Parlamento, o que agrada ao governo. O ANC tenciona que este processo de transição não se prolongue por mais de dois anos, enquanto o governo defende um prazo de dez anos, durante os quais vigoraria uma constituição interina.

Nesta disputa quanto ao projeto a ser implementado na África do Sul, a direita sul-africana não consegue espaço, devido principalmente à sua falta de unidade, não se constituindo nem mesmo em obstáculo à Codema (Conferência para Democracia na África do Sul). A sua reivindicação no momento é a criação de um estado branco "boer" (p.11-12).

Todavia, apesar das negociações em curso, a violência continua no cotidiano sul-africano. Durante o final de semana foram registrados confrontos que resultaram na morte de 14 pessoas.

MOÇAMBIQUE: Enquanto as negociações de Santo Egídio continuam com divergências "substanciais" entre os dois lados, a abertura na comunicação social dá espaço para um jornal privado. Os antropólogos prosseguem as suas pesquisas no meio de tudo.

A incompetência do movimento direitista Renamo no que diz respeito à definição de objetivos políticos razoáveis continua impedindo a conclusão de um

NESTA EDIÇÃO:

Organizações Não-Governamentais alertam para fome na África p.1

Reunião Cimeira dos PALOP adiada p.1

Banco Central português coopera com Angola p.5

Primeiro-Ministro de Cabo Verde promete o início de reformas estruturais na economia p.8

De Klerk e Mandela recebidos em Paris pelo presidente Mitterand e pela UNESCO p.11

acordo sobre o fim da guerra em Moçambique. Desta vez, o problema é que o Renamo não quer aceitar a lei eleitoral atualmente em vigor, exigindo uma revisão constitucional após as eleições, e acabou de acusar o Governo de "incapacidade de negociar", ou seja, o roto falando do esfarrapado. Os mediadores italianos voltaram a ter encontros privados com os dois lados, à procura de uma saída do impasse (p.10).

Após a queda do monopólio governamental dos meios da comunicação social, novos jornais já têm começado a surgir em Angola (*A Semana*, nos.23-24). Agora, o mesmo ocorre em Moçambique. Uma cooperativa de jornalistas maputenses (Media-Coop) lançará ainda este ano a nova publicação, com um título e uma periodicidade ainda não conhecidos. Entre os grandes nomes que se integraram ao Media-Coop destacam-se Fernando Lima, ex-reporter da AIM e formado em jornalismo nos EUA, e o excelente fotógrafo Naita Ussene, cujas imagens aparecem nas páginas da revista *Tempo* durante muitos anos (p.10).

Portanto, algumas atividades têm uma continuidade que não leva em conta as guerras e as emergências. Uma das grandes reportagens sobre Moçambique na imprensa portuguesa esta semana, tratou do trabalho do padre e missionário Manuel dos Anjos Martins, que aprendeu falar o *Nyungwe*, língua afri-

Informativo de circulação restrita criado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEAA do Conjunto Universitário Cascais/Montes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmidt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501, Telefone: 224-8623 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

cana da província de Tete, ainda durante a luta de libertação nacional em 1970. Agora, após duas décadas de estudos, o seu livro sobre a matéria - um dicionário e uma gramática no mesmo volume - acabou de ser editado em Lisboa (p.9).

ANGOLA: perspectivas de paz e democracia continuam atraindo empréstimos e investimentos.

A semana em Angola reafirmou o seu "caráter de excepcionalidade" (p.5). A perspectiva de alcance da paz e da democracia continua atraindo investimentos ou empréstimos e, também, crescentes pressões estrangeiras.

O sub-secretário de Estado norte-americano para Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação português, Durão Barroso, exigiram das autoridades do Governo e da UNITA a conclusão do

processo de acantonamento das tropas até o final de fevereiro. Davidow ainda insistiu na necessidade do governo controlar administrativamente todo o território e na criação de uma nova polícia nacional. A CE também sinaliza que utilizará as ajudas financeiras como instrumentos de pressão.

Os EUA anunciaram a concessão de uma ajuda adicional de US\$20 milhões e 200 toneladas de ração de combate, e tendas para o acantonamento das tropas (p.6); a CE assinou com o governo angolano compromissos para o 2.º Programa Indicativo Nacional (PIN), que durante cinco anos dará assistência comunitária de US\$145 milhões (p.5); a Caixa Central de Cooperação Económica (CCCE), organismo do governo francês que auxilia os países em desenvolvimento, concedeu a Angola quatro empréstimos totalizando FF308 milhões.

O primeiro, de FF58 milhões, destina-se à renovação de equipamentos do porto de Luanda e à melhoria na distribuição do peixe para a região luanense; o segundo, de FF65 milhões, irá permitir ao Banco Nacional de Angola (BNA) refinar créditos às empresas industriais privadas; o terceiro, de FF15 milhões, complementa empréstimo concedido pela CCCE em 1988, destinado ao programa de construção de alojamentos aos cooperantes franceses; e o quarto, de FF170 milhões, representa custos em divisas da segunda fase do projeto da ANGOSAT, a Rede Nacional de Telecomunicações por Satélite (p.4).

Todo o processo de paz angolano está com previsíveis atropelos, e é sob as sombras das pressões internacionais que governo e UNITA iniciaram na semana passada mais uma rodada de negociações sobre a revisão constitucional, a lei eleitoral, o acesso aos meios de comunicação e a lei dos partidos (p.2 e 6).

Quanto à formação das Forças Armadas Angolanas (FAA) - fruto da fusão MPLA e UNITA - há previsões de que seus 40 mil efetivos só venham a ser operacionais após as eleições, previstas para a segunda quinzena de setembro (p.4 e 7).

Esse poder de atração que Angola, em particular, apresenta para os capitais estrangeiros - com reflexos para toda a África Austral - também se reveste no estabelecimento de posições de influência na região. Um bom exemplo está na penetração francesa, que se apóia não só na cooperação militar - cuja missão é garantir a estabilidade e a segurança das instituições angolanas - na atuação de empresas e cooperantes franceses, mas, curiosamente, no conhecimento da língua e da cultura francesas, por parte das elites angolanas (p.4).

PORTUGAL/PALOP: apoio financeiro a Angola, reescalonamento da dívida moçambicana.

Na quinta-feira, 6 de fevereiro, Portugal e Angola assinaram uma série de convenções, regulamentando o controle dos fluxos cambiais das transações de petróleo entre a Sonangol e a Petrogal, autorizando um crédito em conta corrente em favor do Banco Nacional de Angola (visando a regularização dos débitos com empresas portuguesas) e estabelecendo novas condições na cobertura de riscos de crédito à exportação de bens e serviços portugueses para Angola. Segundo o Jornal Público, estas convenções atingem um valor superior a US\$900 milhões. Nesse mesmo dia, Angola autorizou a abertura de representações em Luanda por parte do Banco de Portugal, do Banco de Fomento e Exterior, do Totta & Açores e do Banco Português do Atlântico. No dia seguinte, 7 de fevereiro, a CP-Caminhos de Ferro Portugueses, concluiu um acordo, assumindo a liderança de um consórcio, o Interfer (que inclui ainda a Ferbritas/Fernava, a Sorefame/Mague e o Banco de Fomento e Exterior), que procederá à recuperação da malha ferroviária angolana através da prestação de assistência técnica, transferência de tecnologia e fornecimento de equipamento.

A A. de Matos, empresa do grupo GAP, irá empenhar-se em dois projetos agro-pecuários em Angola. Na primeira fase dos projetos serão investidos cerca de US\$7 milhões, 25% dos quais financiados pela A. de Matos, o restante provindo de parceiros angolanos, com a formação de "joint-ventures" (uma parte poderá receber suporte do Banco Mundial e CE). Um dos projetos, desenvolvido em conjunto com a Endiana (empresa angolana de diamantes), consiste na instalação de uma criação de suínos, e o outro diz respeito à ampliação da capacidade de uma empresa do setor de transformação de carnes, situada no Lubango. A Sinestur, agência de viagens especializada em Angola, irá abrir uma nova filial em Luanda, apostando no mercado deste país (p.3, 5, 6, e 7).

Foi aprovado o acordo sobre a segundo reescalonamento da dívida moçambicana para com Portugal. 25% da dívida será convertido em participação no capital de empresas de Moçambique, os restantes 75% deverão ser pagos em 20 semestralidades iguais, em dólares (p.9).

A Companhia de Seguros Império demonstrou interesse em adquirir uma participação na Garantia, seguradora estatal de Cabo Verde, cuja privatização foi anunciada pelo ministro das finanças deste país, José Tomás (p.8).

ONG's alertam para fome em África

Marla Teresa Guerreiro
em LONDRES

A SITUAÇÃO alimentar dramática que se vive de novo numa parte de África está a atingir 30 milhões de pessoas. Segundo várias organizações não-governamentais de auxílio, a concentração dos esforços ocidentais no apoio ao Leste europeu e à ex-URSS deixou aquele continente quase sem ajuda.

Citando estatísticas do próprio Fundo Monetário Internacional, a Oxfam, a Christian Aid e o Fundo Católico para o Desenvolvimento Externo (CAFOD) afirmaram que 30 milhões de pessoas correm o risco de morrer de fome em África, onde a crise é bem mais grave que na Europa do Leste.

«Fala-se muito de um novo programa para a ex-URSS e a Europa de Leste, mas ninguém fala de África. O auxílio só por si já não chega. É preciso um programa completamente novo», afirmou Jenny Borden, da Christian Aid. As agências revelaram também que muitos milhares de pessoas tinham morrido de malnutrição ou fome desde que foi lançado o apelo «Crise em África», no início de 1991. «A muitos faltou a força, os implementos ou as sementes para plantar uma colheita para este ano», explicaram em Londres durante um encontro com a imprensa.

Segundo os números revelados pela Christian Aid, a diferença entre o total gasto pela Grã-Bretanha nos países mais pobres e o total cobrado por Londres em pagamento de dívidas desses países em 1990 foi de 2,5 mil milhões de libras a favor da Grã-Bretanha. Uma situação inversa de há 10 anos, quando o saldo anual era de 5,3 mil milhões de libras a favor dos países mais pobres. Os «gastos» da Grã-Bretanha incluem auxílio directo, investimentos, créditos para exportação e novos empréstimos.

Cimeira dos PALOP

A DÉCIMA Cimeira dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que esteve para ser hoje e amanhã, encontra-se adiada, pelo menos até 9 e 10 de Março — disseram ao PÚBLICO no Ministério são-tomense dos Negócios Estrangeiros.

A indisponibilidade dos presidentes de Angola e Cabo Verde na data inicialmente prevista, bem como um atraso nos preparativos, por parte de São Tomé e Príncipe, teriam contribuído para o atraso da Cimeira, que deverá ser precedida por uma reunião dos ministros dos Estrangeiros.

Cabo Verde e Moçambique concordaram já com uma sessão ministerial de 6 a 8 de Março, seguida pela reunião presidencial, à qual Portugal será convidado a assistir. Mas falta ainda saber se os presidentes da Guiné-Bissau e de Angola estarão disponíveis na data agora proposta por São Tomé e Príncipe, o mais pequeno dos PALOP.

Por enquanto, nada de especial se espera desta Cimeira, que é mais uma questão de rotina do que a necessidade premente de os Cinco concertarem estratégias, tanto mais que se encontram em fases diferentes dos respectivos processos políticos: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe já com líderes eleitos livremente, Angola e Guiné-Bissau na expectativa da marcação de eleições,

Moçambique ainda em guerra...

De qualquer modo, na ordem de trabalhos vão estar a cooperação entre as cinco antigas colónias portuguesas na África e entre elas e a Comunidade Europeia, dado que os países africanos ainda continuam a ter mais comércio com a Europa do que com outros territórios do próprio continente.

Uma das incógnitas nesta altura existentes é a do nível da representação portuguesa na Cimeira de Março, pois não se sabe ao certo se comparecerá o Presidente Mário Soares, o primeiro-ministro Cavaco Silva ou ambos. ■

Manuel Dende,
em São Tomé

França empresta 7,9 milhões a Luanda

Enquanto Portugal fala os gauleses apostam numa presença em Luanda

A Caixa Central de Cooperação Económica (CCCE), organismo do governo francês que tem por missão auxiliar os países em desenvolvimento, concedeu a Angola quatro empréstimos num total de 308 milhões de francos (7,9 milhões de contos).

O primeiro destes empréstimos, de 58 milhões de francos (1,5 milhões de contos), destina-se ao sector da pesca. Segundo a CCCE, os recursos pesqueiros de Angola são de 650 000 t/ano, embora as capturas não excedam actualmente 330 000 t/ano, das quais somente 110 000 t/ano são efectuadas pela frota nacional. O actual projecto de desenvolvimento da pesca angolana terá por objectivo contribuir para a satisfação das necessidades em proteínas dos habitantes da região de Luanda, ou seja, aproximadamente 2,5 milhões de pessoas.

Os dois aspectos do projecto, cujos custos em divisas serão financiados pela CCCE, dizem respeito, primeiro, à renovação e equipamento do porto de Luanda e, ainda, à melhoria na distribuição do peixe, graças à aquisição de equipamento para os vendedores, a grosso e a retalho.

O Banco Nacional de Angola (BNA) participará nos custos do projecto com o equivalente a 430 mil contos aproximadamente.

A CCCE concedeu igualmente um segundo empréstimo, de 65 milhões de francos (1,7 milhões de contos), a fim de permitir que o BNA possa refinanciar os créditos concedidos pela banca comercial a favor de empresas industriais privadas.

O terceiro empréstimo, de 15 milhões de francos (380 mil contos), representa o complemento dum empréstimo concedido pela CCCE em 1988, destinado a cobrir o custo em divisas dum programa de construção de alojamentos destinados aos cooperantes franceses.

Finalmente, a CCCE financiará com um empréstimo de 170 milhões de francos (4,3 milhões de contos) os

custos em divisas da segunda fase do projecto da ANGOSAT, a Rede Nacional de Telecomunicações por Satélite, cuja primeira fase já tinha sido objecto de um primeiro empréstimo, de 190 milhões de francos (4,8 milhões de contos), autorizado em Julho de 1991.

Explica a CCCE que a instalação de sistemas funcionais de comunicação entre Luanda e as principais localidades da província constitui um imperativo tanto político como económico, e que a tecnologia das telecomunicações espaciais, menos cara e oferecendo uma maior confiança do que os tradicionais sistemas terrestres, permitirá contribuir para romper o isolamento da província em relação aos centros de decisão na capital.

A cooperação militar

A França, que deverá, juntamente com Portugal e a Grã-Bretanha, levar a cabo a organização das novas forças armadas angolanas, tem a intenção de vir a desempenhar neste domínio um papel importante, que lhe

permita pela mesma ocasião reforçar a sua influência na África Austral.

A prioridade da missão militar francesa em Angola será a de garantir a estabilidade e a segurança das instituições. Os militares franceses pretendem por essa razão poder aconselhar sobre a formação de forças de gendarmaria, e de uma unidade de protecção dos dirigentes angolanos.

O Estado-maior francês, que já preparou um plano de cooperação militar com Angola, teve sempre em vista o aspecto prioritário de que se revestira a cooperação militar entre Angola e Portugal, por virtude de inúmeros factores históricos, económicos e culturais. Mas os militares franceses pensam que a França dispõe por sua vez de alguns argumentos importantes.

Em primeiro lugar, o conhecimento da língua e da cultura francesas por parte das elites angolanas (Jonas Savimbi é formado pela Universidade de Genebra...)

Um outro aspecto que poderá jogar a favor dos interesses franceses é o dos sucessos obtidos pelas

grandes empresas francesas que se encontram a trabalhar em Angola desde há muito tempo: Paribas (banco), Bouygues (petróleo off-shore), Dumez (construção civil) e, principalmente, Elf e Total (petróleo).

No aspecto diplomático, a França não deixará de fazer lembrar aos dirigentes angolanos que ela sempre prestou um apoio diplomático às iniciativas do seu governo, favorecendo, em especial, a sua admissão ao Fundo Monetário Internacional e o seu acesso a outras fontes de investimento. Além disso, o facto de o dirigente da «terceira força angolana», Holden Roberto, ter escolhido a França para lugar de exílio alguma coisa quer dizer...

Uma das chaves essenciais do sucesso francês em Angola, no domínio militar, será contudo o bom entendimento que os militares e os cooperantes franceses possam fomentar com os seus colegas portugueses e britânicos, pois uma concorrência entre os três países seria nefasta para todos os interessados.

M.S.

O JORNAL 7 de Fevereiro de 1992
ACIMA colabora no regresso de angolanos
O Serviço de Estrangeiros poderá ver minorados os problemas colocados pelos cerca de 80 mil migrantes angolanos em Portugal, dos quais 60 mil em situação ilegal, graças à Associação de Coordenação e Integração dos Migrantes Angolanos (ACIMA).
Chada recentemente (a escritura foi assinada em 16 de Dezembro), a ACIMA elegu agora os primeiros corpos gerentes, que tomarão posse no passado dia 31, na Associação Caboverdiana. Segundo os estatutos, são seus objectivos «sensibilizar todos os migrantes angolanos, em cooperação com o governo angolano e os países de acolhimento, para o regresso ao país, após garantia de casa e emprego».

Savimbi e "papagaios"
O líder da UNITA, Jonas Savimbi, assinou a edição de o "Jornal de Angola" de seu "entulhados papagaios" e de se terem "transformado" outra vez em "papelão do Governo", o qual só tem a "sua" guerra. Savimbi falou durante o fim-de-semana num "acordo" que se realizou nos "habitados de Luanda, de" pois de na sede-faixa ter havido um morto e três feridos em escaramuzas verificadas na Caxito, província de Benguela, entre a polícia e milicianos da UNITA. ■

Acordo de cooperação assinado no último dia da missão "troika"

PUBLICO

TERÇA-FEIRA 4 FEVEREIRO 1992

Angola tem "carácter excepcional"

A PAZ e a democracia são a chave dos problemas angolanos, afirmou em Luanda Durão Barroso, chefe da missão da "troika" comunitária a Angola, que ontem terminou. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação afirmou ser opinião unânime de todos os representantes comunitários que integraram a missão que muitos dos problemas que persistem "serão resolvidos se os acordos de paz forem integralmente cumpridos, se os prazos forem respeitados e se Angola conseguir consolidar a situação de paz que hoje vive e assegurar com sucesso a transição para a democracia".

"Esta é a mensagem que a

CE traz ao Governo e a todo o povo angolano", acrescentou Durão Barroso depois de uma audiência com o presidente José Eduardo dos Santos. A mesma mensagem havia já sido transmitida no dia anterior, durante o encontro que a "troika" manteve com a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), no qual o diplomata português afirmou ser opinião corrente entre todos os embaixadores dos Doze acreditados em Luanda que a CE deve reforçar o apoio neste período de transição, para que problemas como o do acantonamento das tropas e dos desmobilizados não perturbem o sucesso do processo de paz e da democratização.

Depois de seguir um breve balanço do processo de paz feito pelo chefe da delegação da UNITA na OCPM, Salupeto Pena, Durão Barroso disse que os representantes da CE estiveram em Angola "essencialmente para ouvir", informando que a delegação, que não tem poder deliberativo, está disposta a levar as propostas ao Conselho de Ministros para aprovação.

O problema da paz em Angola dominou quase por completo a agenda da visita da "troika", que assinou com o Governo de Luanda o segundo Programa Indicativo Nacional (PIN), abrangendo a assistência comunitária no valor de 115 milhões de ECU (145 milhões

de dólares) para um período de cinco anos.

Para Manuel Marin, que representou a Comissão Europeia na visita, a conclusão do acordo sobre o PIN "abre novas portas, critérios e regras para futuras contribuições financeiras da CE". Os sectores em que se concentra a cooperação entre a CE e Angola são a agro-pecuária, as pescas, os transportes e comunicações, a saúde, o desenvolvimento industrial, a educação e a formação profissional. A Comunidade vai também contribuir para os projectos de cooperação regional no âmbito dos PALOP e da SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvi-

mento da África Austral).

Durão Barroso e Manuel Marin admitiram que os apoios poderão ser reforçados, atendendo ao "carácter de excepcionalidade" de Angola.

Influência junto à UNITA

O Presidente José Eduardo dos Santos apelou à influência da CE junto à UNITA, "para que os problemas com que nos debatemos hoje no quadro da aplicação dos acordos de paz, tais como os atrasos que se verificam na extensão da administração do Estado, os impedimentos à livre circulação de pessoas e bens e as dificuldades

relativas à aprovação por todas as partes interessadas dos instrumentos legais que vão regular o processo eleitoral adquiram velocidade de cruzeiro de tal modo que as eleições possam ter lugar em Setembro de 1992".

A "troika" esteve na cidade do Huambo, onde, com assessoria portuguesa, britânica e francesa estão a ser formados os primeiros cinquenta instrutores das futuras Forças Armadas angolanas. A visita permitiu constatar "no terreno" um exemplo das divergências que ainda se verificam entre militares provenientes da FAPLA (MPLA) e das FALA (UNITA). Em causa está o pagamento dos salários que os ex-militares da UNITA se recusam a receber por terem como origem o Ministério da Defesa. Para o comandante Abílio, ex-oficial das FALA, o salário deveria ser atribuído pela CCPM. ■

Vitor Silva, em Luanda

EXPRESSO

Banco Central coopera com Angola

8 DE FEVEREIRO DE 1992

O GOVERNADOR do Banco de Portugal assinou, esta semana, com o seu homólogo angolano, uma Convenção que vai controlar os fluxos cambiais das transacções de petróleo entre a Sonangol e a Petrogal. Uma outra Convenção autoriza um crédito em conta corrente a favor do Banco Nacional de Angola, de forma a regularizar os compromissos deste país africano para com parceiros portugueses. No âmbito da mesma

deslocação a Luanda, a Cosec, representando o Estado português, e o Banco de Angola assinaram uma outra Convenção relativa à cobertura de riscos de crédito à exportação de bens e serviços de origem portuguesa para Angola. No quadro destas convenções, os fornecimentos da Sonangol à Petrogal passam de 20 para 20 mil barris diários, o que tem feito aumentar, de um modo significativo, os limites de crédito inicial-

mente acordados. Neste sentido, o plafond de crédito para operações a médio e longo prazo, relativas a exportações de bens de equipamento e serviços de origem portuguesa, passa de 210 para 310 milhões de dólares, limite que, segundo o Banco de Portugal, poderá ser aumentado para 330 milhões de dólares a partir do segundo semestre. A reestruturação do sistema financeiro de Angola foi objecto de conversações.

Barroso e Davidow admoestam Angola

PORTUGAL e Estados Unidos estão irritados com os atrasos na implementação dos Acordos do Estoril e exigem a conclusão do processo de acantonamento das tropas governamentais e da UNITA até final de Fevereiro.

O subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, aproveitou a presença em Luanda do comissário europeu para a Cooperação e da tróika comunitária, actualmente presidida por Portugal, para se encontrar discretamente com Durão Barroso.

Na sequência das conversações, o «bureau de ligação» americano na capital angolana divulgou um comunicado que estabelecia um prazo até meados de Fevereiro para a marcação da data «definitiva e irrevogável» das eleições angolanas. Por seu turno, Durão Barroso fez uma séria advertência ao Governo angolano e à UNITA, dando a ambos mais 20 dias para concluírem o acantonamento das respectivas tropas, mesmo que para respeitar o prazo seja necessário deixar de cumprir escrupulosamente os números relativos aos efectivos dos dois exércitos avançados durante as negociações de paz.

O subsecretário norte-americano advertiu que os atrasos acumulados na calendarização do processo de transição podem levar a rever os mecanismos previstos para simplificar o recenseamento.

Davidow insistiu na necessidade de o Governo controlar administrativamente todo o território e proceder à imediata criação de uma nova polícia

nacional, tarefas que considerou «essenciais e inadiáveis».

Enquanto os medianeiros mostravam o «cartão amarelo» às duas partes, ambas acusadas de excessiva lentidão no cumprimento dos acordos, a CE utilizava a cenoura das ajudas financeiras para obter o mesmo resultado. «Os angolanos terão que ser mais expeditos se quiserem beneficiar dos fundos da CE», disse ao EXPRESSO uma fonte comunitária.

Durão Barroso avisou que a tróika condicionaria o desbloqueamento de novas verbas para o apoio social à reinserção dos desmobilizados dos dois exércitos à apresentação de planos concretos que o Governo e a UNITA não foram capazes de elaborar ao longo dos últimos oito meses.

Em jogo estão 115 milhões de dólares de ajuda que a CE se disponibilizou a desembolsar num período de cinco anos, e 13 milhões postos à disposição dos empresários privados angolanos pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

Davidow anunciou a concessão, pelos EUA, de uma ajuda adicional de 20 milhões de dólares para a missão da ONU e de 200 toneladas de rações de combate e tendas, destinadas às tropas acantonadas.

O «puxão de orelhas» surtiu imediatamente efeito, com Governo e a UNITA a iniciarem logo a discussão do «pacote legislativo» relativo à preparação do acto eleitoral tendo em conta as recomendações expressas durante a recente reunião entre o MPLA e a oposição civil.

PUBLICADO
SÁBADO, 8 FEVEREIRO 1992

UNITA debate eleições

O GOVERNO de Luanda e a UNITA iniciaram ontem o debate da lei eleitoral que deverá vigorar nas legislativas previstas para 19 de Setembro deste ano. As duas partes acordaram em não prestar declarações sobre a negociação, que formalmente iniciou-se há três dias na sede da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) para o processo de paz. Os resultados poderão ser conhecidos já na próxima quinta-feira. Em termos políticos, estão em causa o sistema de representação e o número de deputados a eleger.

O JORNAL

7 de Fevereiro de 1992

Sugestões

Angola — A Sinestur (com sede em Sines e filial em Lisboa) vai abrir uma nova filial em Luanda, segundo o seu director, Albano Gomez. Agência de viagens especializada em Angola, a Sinestur decidiu apostar naquele promissor mercado, comercializando já programas de viagens de negócios, turismo e programas especializados para a Feira de Materiais de Construção «Construa», a realizar em Abril; para a Nutri/Didáctica — Feira de Alimentação e Didáctica, em Maio; e para a FILDA — Feira Internacional de Luanda, em Julho. A Sinestur assegura assistência nos aeroportos, transporte, excursões, aluguer de viaturas, reservas de hotel e trata do aluguer de «stands» nas feiras citadas.

Angola recebe ajuda de emergência

A ajuda de 2,5 milhões de ECU que Comissão Europeia decidiu conceder a Angola destina-se a financiar as actividades dos Médicos Sem Fronteiras, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e da UNICEF. Estas organizações prepararam-se para fazer face a grandes movimentos de populações decorrentes da consolidação do processo de paz em Angola. A guerra civil levou 300 mil angolanos a refugiarem-se na Zâmbia e no Zaire e há outros 600 mil deslocados em várias regiões do interior de Angola. A situação é particularmente crítica nas províncias de Benguela e Uíge, onde se regista uma epidemia de sarampo que poderá estender-se a outras áreas do país se não houver um controlo dos movimentos das populações deslocadas. ■

Portugal concede apoios a Angola

PORTUGAL e Angola assinaram ontem convenções de valor superior a 900 milhões de dólares (123,3 milhões de contos) de apoio financeiro a Luanda. A celebração dos acordos ocorreu no mesmo dia em que Angola autorizou que o Banco de Portugal, o Banco de Fomento e Exterior, o Banco Português do Atlântico e o Totta & Açores abrissem representações em Luanda.

As convenções assinadas reportam ao controlo de fluxos cambiais e de crédito em conta corrente para regularização dos débitos a empresas portuguesas e cobertura de riscos de crédito à exportação de bens de consumo portugueses.

No primeiro caso, o "plafond" de crédito a médio e longo prazo para equipamentos e serviços portugueses passou de 210 milhões de dólares para 310, mas poderá subir, no segundo semestre, mais 20 milhões, se os fluxos cambiais gerados pelo acordo de venda de petróleo assegurarem o respectivo serviço da dívida.

O limite de créditos a curto prazo para bens de consumo e intermédios é de 150 milhões de dólares, acrescidos da cobertura de financiamento às exportações de bens de primeira necessidade até 20 milhões de dólares. Quanto à cobertura de risco de crédito, Portugal estabeleceu um limite adicional de 75 milhões de dólares para bens de consumo e intermédios, sem cobertura de petróleo.

A nível bilateral, é como "atitude de cooperação e prova de confiança", o Banco de Portugal abriu um crédito de conta corrente para o Banco Nacional de Angola, até 25 milhões de dólares e para pagamentos de dívidas a empresas portuguesas.

As instituições financeiras nacionais foram ainda autorizadas pelo Banco de Portugal a conceder créditos, como o financiamento em 10 por cento dos pagamentos iniciais para exportação de bens de equipamento e serviços e de 31 a 33 milhões de dólares a partir da segunda metade do ano. ■

Embarque de militares portugueses para Angola pode ser adiado

Obras atrasam partida

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 1992

DIFICULDADES na preparação dos centros de instrução das Forças Armadas angolanas vão atrasar o reforço da equipa de instrutores militares portugueses em Angola. Inicialmente previsto para o fim deste mês, o embarque de mais dezassete oficiais portugueses — três para-quadistas e catorze elementos do Exército — será feito "de forma progressiva", de acordo com o ritmo de conclusão das obras dos centros de instrução espalhados pelo território angolano.

A participação portuguesa na formação de instrutores das Forças Armadas de Angola resulta dos acordos de paz e iniciou-se em Maio de 1991. Chefiada pelo general Tomé Pinto, a componente militar da missão temporária portuguesa em Angola — cujas funções terminam com a realização das eleições, marcadas para Setembro deste ano — participou activamente nas discussões que levaram à aprovação do Programa de Formação das novas Forças Armadas angolanas.

Questões aparentemente menores, como, por exemplo, a escolha das novas fardas ou a

forma de continência a adoptar pelas Forças Armadas angolanas, somaram dificuldades a um processo negociado delicado, em que qualquer cedência de cada uma das partes só foi alcançada à custa de exaustivas conversações.

Tanto o Governo de Luanda como a UNITA reconhecem a importância do papel da missão portuguesa, que facilitou o diálogo, aproximou posições e contribuiu para a viabilização do Programa de Instrução, aprovado em Novembro de 1991.

Com o programa aprovado, seguiram para Angola mais duas dezenas de militares portugueses. Instalaram-se no Huambo, onde começou a funcionar a Escola de Formação de Oficiais das Forças Armadas. Cinquenta quadros fornecidos pelas FAPLA e pelas FALA iniciaram então a instrução, ministrada por oficiais portugueses, franceses e britânicos.

De acordo com a programação, estes cinquenta quadros angolanos, que entretanto terminaram a sua instrução no Huambo, deveriam agora assegurar a formação de outros ofi-

ciais nos diversos centros de instrução espalhados por Angola. Continuariam, nesta fase, a ser acompanhados pelos formadores europeus. O reforço da missão portuguesa destina-se precisamente a proporcionar o acompanhamento de um maior número de quadros angolanos nesta sua nova tarefa.

No entanto, o atraso nas obras de alguns centros de instrução — muito degradados ou destruídos pela guerra — comprometeu os prazos estabelecidos. Para além disso, registaram-se recentemente no Huambo divergências entre oficiais provenientes das FAPLA e das FALA, em desacordo quanto à fonte dos seus salários: os homens que combateram do lado da UNITA não querem que o seu vencimento seja atribuído pelo Ministério da Defesa e sim pela Comissão Conjunta Político-Militar.

Enquanto se procura sanar essas divergências a acelerar as obras dos centros de instrução, os dezassete oficiais portugueses aguardam ordens para seguir para Angola. ■

Joaquim Trigo de Negreiros

PÚBLICO SÁBADO, 8 DE FEVEREIRO DE 1992

CP recupera Angola

A CP-Caminhos de Ferro Portugueses assinou ontem um acordo pelo qual se assume líder de um consórcio designado por Interfer que vai proceder à recuperação do caminho de ferro angolano. Além da CP, o consórcio integra a Fertritas/Fernave, a Sorefame/Mague e o Banco de Fomento Exterior. O objectivo é a preparação de acções de assistência técnica, de apoio a obras ferroviárias, transferência de "know-how" e fornecimento de equipamentos tendo em vista a reactivação dos três mil quilómetros que constituem a via férrea de Angola. ■

O JORNAL

Sexta-feira, 7 de Fevereiro de 1992

Banesto empresta a Angola

Angola recebeu do Banesto (Banco Espanhol de Crédito) duas linhas de crédito no volume de 4,5 mil milhões de pesetas (6,3 milhões de contos).

A operação foi efectuada com o Banco de Poupança de Angola e consiste numa linha de crédito comprador a médio e longo prazo, no valor de 2,5 mil milhões de pesetas (3,5 milhões de contos), e num empréstimo de 2 mil milhões de pesetas (2,8 milhões de contos) destinado ao financiamento a curto prazo de actuações em comércio.

Para além deste crédito o Banesto mantém abertas linhas de crédito a curto, médio e longo prazo, com o Banco Nacional de Angola, no volume global de 70 milhões de dólares (9,8 milhões de contos).

'Reformar a economia'

HÁ CERCA de um ano, as primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde ditaram a derrota do PAICV, levando ao poder o Movimento Para a Democracia (MPD), com escasso tempo de existência. Carlos Veiga, primeiro-ministro do novo Governo, disse ao EXPRESSO que a democracia está consolidada e que o novo plano económico está a ser implantado.

EXPRESSO — Ao fim de um ano, as metas a que se propôs foram alcançadas?

CARLOS VEIGA — Sim, sobretudo na consolidação e no alargamento das instituições democráticas e na sua instalação completa através dos vários actos eleitorais.

EXP. — E em relação aos apoios internacionais, após 15 anos de direcção de outra força partidária?

C.V. — Estamos no Conselho de Segurança da ONU, encetámos relações consulares com a África do Sul, vamos agora iniciar contactos a elevado nível com Israel.

EXP. — Quais foram os «dossiers» mais complicados neste primeiro ano de Governo?

C.V. — No aspecto político, apesar da contestação do partido do antigo regime, avançamos rapidamente. O problema tem sido entrarmos na via do desenvolvimento. Encontrámos as Finanças absolutamente desorganizadas, um sector empresarial de Estado omnipotente e deficitário e uma Administração sobredimensionada, muito burocratizada e sem qualificação.

EXP. — Quais as metas para o segundo ano?

C.V. — Iniciaremos o programa económico. Promoveremos as mudanças estruturais na actividade económica e financeira, incluindo uma liberalização dos sectores. A Administração Pública será alvo de reformas — daremos início ao processo de privatizações — bem como a concertação social e o conjunto normativo da legislação da área laboral e económica em geral, que será revisto. Como ponto fulcral, dotaremos o país de nova Constituição, prevemos até meados do ano.

EXP. — O Governo de Lisboa tem correspondido às vossas expectativas no apoio a essas mudanças?

C.V. — Tem sido excelente.

Temos a garantia, ainda agora reafirmada pelo primeiro-ministro, de que essa disponibilidade vai continuar. Também noutros sectores, como o económico, contamos com o investimento português e com a sua assistência técnica.

EXP. — Em que termos tratou com Cavaco Silva da questão dos emigrantes ilegais em Portugal?

C.V. — Penso que iremos obter a legalização da maioria dos cabo-verdianos. Estamos bastante agradados com todas as iniciativas neste sentido, quer do Partido Socialista quer do próprio Governo, e dispomo-nos a tomar medidas para evitar o fluxo de emigrantes clandestinos. A situação será regularizada ainda neste ano.

EXP. — Que outros aspectos focou com Cavaco Silva?

C.V. — Existe uma conjuntura específica decorrente do facto de Portugal estar na presidência da CE e nós a coordenar o «Grupo dos Cinco». Há projectos regionais comuns que poderão ser financiados pela CE e que virão a beneficiar o conjunto dos cinco países. Discutimos também o interesse na concertação de posições comuns em diver-

sas instâncias internacionais.

EXP. — E quanto à questão de Timor, sendo Cabo Verde membro do CS da ONU?

C.V. — Portugal tem uma proposta formulada junto do secretário-geral da ONU que iremos apoiar. O importante é acertarmos posições com Portugal e com os representantes do povo timorense, tentando fazer com que todas as partes envolvidas se sentem à mesma mesa, para discutir e chegar a soluções concretas no sentido de os timorenses exercerem o direito à autodeterminação e terem os direitos fundamentais respeitados.

EXP. — Como estão os processos sobre a polícia política e a prática de tortura no anterior regime?

C.V. — Quanto à polícia política, já desmantelada, existem integrações e agentes excluídos da Administração. Aguardamos as conclusões da comissão de investigação, na certeza de que os culpados por prática de crimes prestarão contas à Justiça. Quanto aos cidadãos vítimas de tortura, levarão os seus casos a tribunal.

António Loja Neves

PUBLICO
SEXTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 1992

Império em Cabo Verde

A COMPANHIA de Seguros Império manifestou interesse em adquirir uma participação na seguradora estatal de Cabo Verde durante a sua privatização. A privatização da empresa cabo-verdeana, a Garantia, foi anunciada a semana passada pelo ministro das Finanças daquele país, José Tomas. A Império, a privatizar até final do ano, está representada em Cabo Verde através da Impar. Esta empresa, cujo capital é de 400 mil contos, é participada em partes iguais por capitais portugueses e pelo Estado cabo-verdeano. Para além da Império, que possui 30 por cento, detêm posições na Impar a Marconi e o Grupo Previdente, com 10 por cento do capital cada um. ■

PUBLICO
10 DE FEVEREIRO DE 1992

Cabo Verde planeia

ADELOTTE Ross Tolumatsu (DRT) de Portugal vai promover um seminário sobre planeamento estratégico, nos dias 13 e 14 de Fevereiro, em Cabo Verde. Paulo Marques, da DRT, declarou que o convite para a realização do seminário partiu do Governo cabo-verdeano, na sequência do trabalho que esta empresa de consultadoria realizou para a ENACOL, a empresa petrolífera do país. No encontro, serão debatidas as técnicas de planeamento operacional e estratégico, "de forma a reflectir a realidade ligada à concretização dos negócios numa economia em abertura às forças competitivas do mercado livre". ■

PUBLICO
DOMINGO, 8 DE FEVEREIRO DE 1992



• O navio luso-guineense Bolema, desaparecido há mais de dois meses, é localizado a 116 metros de profundidade entre os cabos Rezo e Espichel pela Marinha portuguesa. Levava a bordo 80 pessoas.

Lisboa-Bissau

Partiram ontem da Torre de Belém. Eram 11 da manhã. Dentro de 15 dias haverá notícias dos portugueses que apostaram na expedição Marconi Lisboa-Bissau, uma das organizações do Clube Aventura.

O JORNAL
7 de Fevereiro de 1992

Guiné-Bissau — A Epi Tours (associada da RN Tours e da TAP) promove três programas especiais para a Guiné-Bissau, com partidas todas as sextas-feiras, até 31 de Março. O programa n.º 1 compreende apenas a estada de uma semana no hotel escolhido, em Bissau (o Sheraton Bissau ou o 24 de Setembro), com preços desde 123 900\$00. O programa n.º 2 engloba a visita ao arquipélago dos Bijagós e mais um dia de duração, com preço mínimo de 173 300\$00, em quarto duplo, por pessoa. O programa n.º 3 só tem mais três saídas programadas, com visitas a Cacheu, Bafatá, Mansoa e Farim, no total de nove dias, a partir de 180 900\$00, em duplo, por pessoa.

PUBLICO

DOMINGO, 9 DE FEVEREIRO DE 1992

Filme guineense em Cannes

A SEGUNDA longa-metragem do realizador guineense Flora Gomes, "Os Olhos Azuis de Yonta", será apresentada em Maio no Festival de Cannes, informou uma fonte da produção, citada pela Lusa. O filme, uma comédia dramática que procura mostrar as duas faces de África — a que ri e a que chora —, é uma co-produção luso-guineense, classificada pelo Instituto Português de Cinema como "filme nacional", para poder beneficiar de subsídios. Bia Gomes é a actriz principal deste filme, tal como já o foi no primeiro de Flora Gomes, "Mortu Nega", premiado nos festivais de cinema de Uagadugu, em 1989, e Tunes, em 1990. ■

O guardador de palavras

José Eduardo Agualusa

Durante a guerra colonial, aprendeu a falar o nyungwe. Pacientemente, foi anotando palavras. Agora surge "Elementos da Língua Nyungwe", um livro que é uma gramática e um dicionário. Mas o padre Manuel Martins, missionário comboniano em Moçambique, sabe que não basta dominar a língua. O fundamental é compreender o coração.

Em 1970, o padre Manuel dos Anjos Martins, dos Missionários Combonianos, foi enviado para Tete, no Norte de Moçambique. Seguindo as normas da congregação, começou a aprender a língua local, o nyungwe, falada ao longo de todo o curso do Zambeze, em Moçambique e no Zimbábue. Socorreu-se, para o efeito, de um antigo dicionário elaborado por um missionário jesuíta, no século passado, e dos seus próprios apontamentos.

"Tive a ideia de começar a anotar cada palavra nova por ordem alfabética e, passado algum tempo, já tinha dezenas de páginas escritas. Com a independência, voltei

para Portugal, onde estive durante cinco anos; em 1980 sou de novo enviado para Moçambique, e descubro que os meus colegas tinham guardado todas aquelas notas", conta. É a partir destes apontamentos que surge "Elementos da Língua Nyungwe", recentemente lançado em Lisboa pela Editorial Além-Mar, que publica a revista com o mesmo título.

Depois de alguns anos em Tete, o padre Manuel Martins descobriu que o domínio da língua não basta para se ser compreendido entre os nyungwe: "A cultura é muito diferente. O facto de se perceberem as frases e as palavras não significa que se compreenda o coração das pessoas. Muitas pessoas me diziam, falando em nyungwe: 'Senhor padre, nós não nos compreendemos'. Isto não significava que não compreendiam as minhas palavras: o que eles não compreendiam era o meu coração."

Missionários católicos e protestantes têm vindo a estudar as línguas bantu de África desde há, pelo menos, 300 anos. Em Angola e Moçambique, as missões protestantes começaram a fazer alfabetização em línguas regionais já no início deste século, numa experiência que muitos estados africanos viriam a recuperar. As línguas bantu, a que pertence o nyungwe, são, como explica o padre Manuel Martins, línguas visuais: "São línguas que se exprimem muito por imagens, estão permanentemente a utilizar compa-

rações. Conceitos abstractos, pelo menos como nós os entendemos, são muito raros. São línguas mais concretas do que as europeias. Nós utilizamos palavras das quais já não conhecemos a raiz, porque a língua derivou do grego e do latim. Estas línguas são ainda concretas, referem-se a coisas concretas". Admite, porém, que, "com a transformação da vida das pessoas, a ida para a cidade, é natural que a língua se torne também mais abstracta".

As culturas transformam-se

A urbanização acelerada de África tem vindo a promover também a contaminação das línguas tradicionais pelo português, idioma oficial. Mas o contrário também é verdade: "A gente da cidade", afirma Manuel Martins, "utiliza muito termos portugueses adaptados a esta língua. Mas não no campo". Ao invés, "quando falam português, fazem-no muitas vezes utilizando a construção linguística do nyungwe".

Actualmente, o missionário comboniano está a preparar uma antologia de provérbios. A sua tradução para português levanta problemas complexos pois, em muitos casos, só fazem sentido dentro do seu contexto cultural: "Mesmo os jovens que vivem na cidade e perderam certos valores tradicionais já não conseguem compreender alguns provérbios. Por isso é

tão importante recolhê-los. Quando voltei a Moçambique, em 1980, já não encontrei a mesma espontaneidade para contar histórias que existia antigamente. Já não havia aquele clima familiar tradicional, propício a este tipo de coisas". A guerra tinha destruído o convívio entre as pessoas: "Em situações de emergência as pessoas tentam salvar a vida, mesmo sacrificando tudo o resto, incluindo valores fundamentais como a hospitalidade ou o respeito pela vida do outro. Dessas necessidades criadas através da desordem social da guerra podem resultar grandes prejuízos para as culturas tradicionais".

Manuel Martins não receia, contudo, que a língua nyungwe venha a desaparecer num futuro próximo, pois, segundo ele, "as culturas não desaparecem, transformam-se. A cultura dos nyungwe já se transformou devido ao contacto com a ideologia marxista e está outra vez a transformar-se em consequência de novas opções ideológicas".

Vivendo no meio do povo, o padre Manuel Martins esteve sempre em contacto com a realidade da guerra: "Praticamente vivi sempre em ambiente de guerra, fosse com a guerra colonial, fosse, mais tarde, com a guerra civil. Algumas vezes fui forçado a fugir com o povo e passávamos parte da noite no mato. Voltávamos de madrugada e encontrávamos as casas a arder, mas pelo menos tínhamos salvo a vida." ■

10 FEVEREIRO 1982

França recupera investimentos de Moçambique

A FRANÇA vai fornecer equipamentos no valor global de 20 milhões de dólares para a reabilitação da fábrica de cimentos de Matola, nas proximidades do Maputo. Segundo a agência Lusa, Portugal, Alemanha e Grã-Bretanha poderão também vir a fornecer equipamentos complementares para o reforço da capacidade de produção daquela unidade fabril, cujo projecto de reestruturação prevê o aumento da produção das actuais 600 mil toneladas de "clinker", por ano, para 1300 toneladas. Se este objectivo for cumprido, a produção de cimento poderá ascender às 400 mil toneladas por ano. O arranque do projecto está previsto para finais de 1983, sendo a assistência técnica assegurada por noruegueses. Do plano, faz também parte a recuperação da pedreira de Salamanda, situada a sul da capital moçambicana, paralisada desde 1984 devido à afectação militar da linha ferroviária usada para o escoamento do "clinker", um material usado no fabrico de cimento. ■

10 FEVEREIRO 1982

Participações resolvem dívida moçambicana

O PROCESSO de aprovação do acordo entre Portugal e Moçambique para o segundo reescalonamento da dívida está já concluído por ambas as partes, e

acaba de ser publicado no "Diário da República" de ontem. O acordo prevê que 25 por cento do montante da dívida moçambicana seja convertido em participa-

ções no capital de empresas daquele país, enquanto que os restantes 75 por cento serão reembolsados em 20 semestralidades iguais, pagas em dólares. ■

Moçambique terá um jornal privado

O PRIMEIRO jornal privado de Moçambique, após a independência, vai ser lançado este semestre, revelou, em Maputo, uma fonte ligada à iniciativa. Ainda sem título nem previsão de periodicidade, será propriedade de uma cooperativa de jornalistas moçambicanos, a Mediacoop, cuja escritura foi formalmente lavrada, na quinta-feira, em Maputo. A cooperativa tem 13 jornalistas profissionais moçambicanos, residentes ou não neste país.

Imprensa, rádio, vídeo, fotografia e consultadoria fazem parte dos objectivos da Mediacoop, que se propõe, também, promover uma informação «livre e independente». O jornalista Fernando Lima e os repórteres fotográficos Naita Ussene e Alirio Chiziane integram a comissão de gestão provisória da Mediacoop, que também apostará nos outros mercados da África Austral. O antigo director da agência de informação de Moçambique, Carlos Cardoso, e um dos fotógrafos mais conhecidos do país, Kok Nam, fazem parte do grupo que participa na iniciativa. António Gumende, Fernando Veloso, Salomão Moyana, Armindo Chavane, Fernando Manuel, Gil Lauriciano e

Lourenço Jossias constituem o restante elenco.

«The Times» estreia edição europeia

O diário britânico *The Times* lança hoje uma edição europeia. *The European Times* retomará o conteúdo do diário britânico, mas publicará, em vez dos programas quotidianos de televisão, uma página inteira dedicada às manifestações culturais e artísticas do continente.

Os correspondentes do jornal nas capitais europeias comentarão moda, cinema, escultura, pintura, música, ópera e outras actividades culturais de cada país. Ao sábado, *The European Times* publicará os programas das manifestações artísticas e das televisões europeias. Esta edição não estará disponível na Grã-Bretanha.

Entretanto, o grupo Hearst e o periódico *Izvestia*, que reflectia as posições do Governo soviético, anunciaram que vão publicar em conjunto um jornal a aparecer, simultaneamente, nas repúblicas da CEI e nos EUA. A ser baptizado como *WeMi*, o novo órgão de informação sairá, pela primeira vez, no dia 26, inicialmente como mensário, passando a semanário no Outono.

Renamo e Governo divergem

O GOVERNO moçambicano e o Renamo continuam separados por «diferenças substanciais» nas discussões que mantêm há duas semanas em Roma, com vista a um acordo sobre os princípios da futura lei eleitoral de Moçambique. Depois do Conselho Nacional do Renamo ter emitido um comunicado no qual acusa a delegação de Maputo de «incapacidade de negociar», os mediadores retomam hoje reuniões separadas com as duas partes para negociar uma síntese proposta no fim-de-semana aos dois beligerantes. As maiores divergências estão relacionadas com a posição do Renamo que defende que a principal prioridade do Parlamento que sair das eleições multipartidárias deve ser a revisão da Constituição. Maputo considera que isso criaria um «vazio legal» após as eleições. ■

PÚBLICO
6 FEVEREIRO 1992

Corrupção no porto de São Tomé

O GOVERNO de São Tomé e Príncipe enfrenta, actualmente, aquele que se apresenta como o primeiro caso de corrupção desde que as novas autoridades assumiram a administração do país, em Abril do ano passado.

Com efeito, os operários de um projecto de construção de barcaças, que retomaram terça-feira o trabalho, tinham desencadeado há dez dias uma greve geral reivindicando, entre outros pontos, um subsídio em dólares acordado com uma firma alemã que financia o empreendimento em cerca de seis milhões de dólares.

A polémica subiu ao ministro de tutela, o major Oscar e Sousa, que mandou suspender o director-geral do projecto e da Enapor (empresa da administra-

ção dos portos), Horácio Ramos Dias, e ordenou uma sindicância para apuramento de responsabilidades na situação que levou à greve.

Contudo, já é do domínio público que as primeiras investigações indiciaram um desfalque de 40 mil dólares nos boques da Enapor, empresa com a qual a firma alemã celebrou o contrato. Uma fonte próxima do governo revelou ao PÚBLICO que a sindicância prossegue e incide sobre todo o projecto de reabilitação do porto.

No contrato entre a firma alemã RSW (Ruhcorter Schiffswerft) e a Enapor, estipulava-se que os trabalhadores, de acordo com os diversos níveis salariais, tinham direito a quantias entre quatro e dez dólares diários, subsídios de transporte e seguro de vida, bem como horas extraordinárias. ■

Manuel Dende, em São Tomé

Reforma constitucional na África do Sul Inkatha e ANC em rota de colisão

O MOVIMENTO Inkatha abriu ontem um conflito com o seu rival, o Congresso Nacional Africano (ANC), sobre a reforma constitucional sul-africana, ao propor que a maioria negra do país continue privada do direito de voto até estar concluído o processo de mudança para a democracia.

Disparando o primeiro "tiro" nas conversações sobre a reforma política, o movimento liderado por Mangosuthu Buthelezi defendeu que a Constituição do "apartheid", que nega aos negros o direito ao voto, deverá continuar em vigor enquanto os representantes negros e brancos laboram um novo projecto de Constituição.

O Inkatha opõe-se a qualquer solução interina, em que a presente Constituição seria substituída por uma outra transitória até ao momento em que a Constituição definitiva estivesse concluída, explicou o movimento num documento apresentado nas conversações.

A participação efectiva a nível governamental daqueles que não estão actualmente representados no Parlamento, seria suficiente, na opinião do Inkatha, até à realização das primeiras eleições sob uma nova Constituição.

O Inkatha, que tem uma considerável influência sobre os 15 milhões de zulus do país, é um dos 19 movimentos políticos que apresentaram planos para reformas em áreas fundamentais na primeira sessão de conversações da Convenção para uma África do Sul Democrática (Code-sa), iniciada há 2 meses.

"É aqui que as pessoas põem as cartas na mesa. Têm que apresentar propostas concretas e documentação relativamente a todos os assuntos importantes", afirmou a porta-voz do ANC, Gill Marcus.

A proposta do Inkatha é uma variante da visão do Governo de minoria branca sobre o futuro das reformas, e entra em colisão com os planos do ANC, o maior movimento anti-"apartheid" do país.

O ANC e o Governo pretendem que a Constituição seja substituída por um organismo democraticamente eleito, eventualmente uma versão alargada do Parlamento, onde actualmente não existem lugares para os representantes

dos 27 milhões de negros.

Mas o ANC pretende que o processo de transição se prolongue no máximo por dois anos, enquanto o Governo defende que as negociações deverão durar dez anos, durante os quais estaria em vigor uma Constituição interina.

As propostas apresentadas pelo ANC, pelo Governo e pelas restantes partes envolvidas só deverão ser discutidas nos cinco comités do fórum e não serão tornadas públicas.

O documento apresentado pela Inkatha inclui várias condições colocadas pelo movimento para a sua participação num Governo interino. Para além de exigir um lugar nas conversações para o rei zulu Goodwill Zwelithini, pretende que o braço armado do ANC, o Umkhonto we Sizwe, seja ilegalizado e desarmado.

Numa referência à "homeland" tribal defendida por Buthelezi, o Kwazulu, o Inkatha exige o direito à auto-determinação. "Nenhum território com um Governo autónomo deve ser privado do seu actual estatuto sem o seu consentimento", afirma.

O Partido Conservador, de direita, recusou-se a participar nas conversações até os outros partidos aceitarem a sua exigência de um Estado separado para a comunidade branca. O Congresso Pan-Africanista, movimento negro radical, boicota as conversações porque pretende eleições imediatas. ■

Rich Mkhondo/Reuter

PUBLICO

SEXTA-FEIRA, 7 FEVEREIRO 1982

Adivinhem quem foi almoçar

O PRESIDENTE da África do Sul, Frederik de Klerk, e o líder do ANC, Nelson Mandela, bem como os presidentes da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, e do Senegal, Abdou Diouf, almoçaram ontem no Palácio do Eliseu, em Paris, com o chefe do Estado francês, François Mitterrand.

O director-geral da UNESCO, que é o espanhol Federico Mayor, e a cantora sul-africana Miriam Makeba também se encontravam entre os convidados.

De Klerk e Mandela receberam ontem na sede da UNESCO, em Paris, o prémio Houphouët-Boigny pelo trabalho efectuado no ano passado a favor da paz, mediante a "reconciliação das diferentes componentes da população sul-africana".

A noite, o Presidente da África do Sul e o homem que provavelmente lhe deverá suceder no cargo seriam convidados para um jantar oferecido por Diouf, cujo país foi um dos primeiros da África a seguir a via multipartidária.

Tanto um como o outro garantiram a Mitterrand que um Governo de transição, agrupando todas as comunidades, poderá ser formado ainda este ano, na base de um compromisso que está a ser negociado. E Mandela foi mais longe, admitindo que este Governo possa surgir dentro dos próximos quatro meses.

No entanto, apesar dos caminhos cada vez mais cruzados do Presidente De Klerk e de Nelson Mandela, nem tudo corre pelo melhor na África do Sul, onde os perigos são vários.

Assim, oito pessoas morreram domingo num violento conflito entre facções negras rivais, no ghetto de Umlazi, perto de Durban — disse a polícia.

Por outro lado, a extrema-direita branca continua a não aceitar o consenso a que o Partido Nacional, do Presidente De Klerk, tenta chegar com o ANC e pretende ter o direito a uma "pátria de boers", no coração de uma África do Sul que em breve virá a ser dominada pelos negros.

Ameaças de guerra

O Movimento de Libertação Boer (BVB) e outros grupos de extremistas têm dito que preferem ir para a guerra a ser governados pelos negros que constituem a maioria da população.

Mapas de uma desejada "pátria branca" têm vindo a ser publicados em alguns jornais sul-africanos, verificando-se por eles que a extrema-direita desejaria agora ficar pelo menos com 20 por cento da África do Sul.

Há quatro décadas os defensores do apartheid preconizavam para os brancos 87 por cento do território nacional, mas hoje em dia a maioria da população de origem europeia já aceita o sistema de um homem um voto, pelo qual os negros irão estar em maioria num futuro Parlamento.

Entretanto, o Partido Nacional — que dentro de alguns meses deverá perder o monopólio do poder, detido desde 1948 — assumiu o controlo da câmara parlamentar dos mestiços e do respectivo gabinete executivo, que representam os interesses de três milhões de cidadãos.

O Parlamento sul-africano tem tido câmaras para brancos, mestiços e indianos, sendo recusada qualquer participação aos negros; situação que em breve deixará de existir.

O próximo ramo legislativo do poder talvez seja constituído por duas câmaras multiraciais, havendo numa delas a possibilidade de veto para os brancos, medida por meio da qual se procuraria dar uma satisfação aos "boers" mais extremistas. ■

Direita sul-africana está dividida

A FALTA de unidade é o principal problema da extrema direita sul-africana, que assim não consegue constituir um obstáculo maior às conversações constitucionais que o Governo está a ter com o ANC, o Inkatha e uma série de outros partidos.

Os militantes da extrema-direita exigem a possibilidade de os brancos da África do Sul determinarem o seu próprio futuro, sem a interferência de outros grupos raciais. Mas distribuem-se por dezenas de grupos, que frequentemente brigam entre si. E só isso tem impedido que se transformem numa ameaça substancial para o processo de pacificação que o país está a viver.

O jornal "Die Beeld" (a imagem) publicou dia 4 deste mês 10 mapas que diferentes grupos extremistas propõem para um futuro Estado branco, que recolha todos aqueles que não queiram viver em pé de igualdade com negros, mestiços e indianos.

Segundo ele, os mapas surgiram num documento colocado a circular pelo Partido Conservador, de Andries Treurnicht, e incluem para o desejado país racista nomes como Boerevolkstaat, Afrikanerland, Liberta Vryland e Vrye Volksrepubliek.

De todos aqueles traçados, o que figuras moderadas consideram com alguma viabilidade é o do Oranje Volkstaat (Estado Popular de Orange), da autoria de C. W. H. Boshoff, C. J.

Jooste e D. Viljoen. Inclui as zonas menos habitadas da África do Sul, perto da fronteira com a Namíbia, e que não são tidas por terras tradicionais de nenhuma tribo negra.

Estado boer

Alguns elementos do ANC já deram a entender que aceitarão eventualmente o conceito de um Estado boer, como forma de se verem livres de elementos que consideram um perigo para a sociedade do futuro, na qual 27 milhões de negros terão enfim pleno direito de cidadania.

A Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesat), que está a procurar criar um clima propício à livre participação política de todos os que habitam o país, admitiu já que se debata o direito à autodeterminação. E com isso espera convencer alguns partidos da extrema-direita a participar na sua próxima sessão plenária, que terá lugar em meados de Março.

Enquanto isto, em Londres, onde ontem foi recebido pelo primeiro-ministro John Major, — tal como na semana passada o havia sido o Presidente De Klerk — o líder do ANC, Nelson Mandela, pediu que o Reino Unido e outros países ocidentais acompanhem de perto o processo de normalização da África do Sul. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

África do Sul

Ódio rácico à solta

A presumível vitória eleitoral dos conservadores comprometerá a reforma constitucional

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

Enquanto Frederik de Klerk, Nelson Mandela e Mangosuthu Buthelezi se deslocaram à Suíça, esquecendo rivalidades políticas, para tentar atrair o investimento à África do Sul e, assim, ajudar a salvar uma economia que atravessa uma fase muito crítica, novas manifestações de intolerância racial tiveram lugar, confirmando receios de que o processo democrático sul-africano enfrente um sério risco, que pode comprometer a sua viabilidade.

Milhares de moradores negros de residências humildes, construídas junto a um dos bairros da mais ostensiva elite suscitaram na comunidade branca de Randburg (brancos oriundos, na sua maioria, da Grã-Bretanha), o desencadeamento de grandes manifestações de rua. Na demonstração foram feitas as mais diversas formas de ameaças, tendo sido erguidas barricadas para encerrar o trânsito naquela zona de sumptuosas vivendas, situa-

da a norte de Joanesburgo.

O presidente do município da cidade, que se manifestou favoravelmente em relação aos direitos dos moradores carenciados, foi convidado a abandonar o cargo. Rapazes e raparigas de cabelo loiro, bem ao estilo da «Velha Albion», foram à televisão e aos jornais, afirmando que naquele local não havia lugar para os negros. Defenderam a destruição imediata das barracas e a expulsão dos africanos de cor para as suas áreas de origem, as miseráveis «townships» onde moram a fome, a miséria, e o crime.

No Sul, as notícias não são menos chocantes. Um professor alistou-se no pequeno contingente de docentes brancos que resolveram trabalhar nas escolas negras dos arredores de Joanesburgo, respondendo ao apelo do Ministério da Educação. A experiência de Schalk Dippenaar, de 53 anos, foi curta. Encontrou a morte, depois de agredido por seis negros que lhe lançaram fogo, na sequência de o terem regado com gasolina.

Uma outra professora, Madge de Beer, 48 anos, igualmente aderente à campanha do governo — «ajudar a desenvolver o ensino dos negros» — foi atacada e espancada, noutra escola de Kaitshong, tendo conseguido escapar ao linchamento.

Violência sul-africana

OS CONFRONTOS registados na África do Sul na noite de sábado para ontem mataram 14 pessoas, incluindo um quadro do ANC, Sibusiso Ngwetya, abatido a tiro quando saiu de um restaurante de Pietermaritzburgo, na província do Natal. A violência continua a fazer parte do quotidiano sul-africano, apesar das conversações em curso para o estabelecimento de um país mais pacífico. ■

O JORNAL Sexta-feira, 7 de Fevereiro de 1992

Empresas francesas: África do Sul interessa-nos

Trinta e cinco dirigentes de grandes empresas francesas estiveram reunidos, na passada terça-feira, com o presidente sul-africano, Frederik de Klerk, na sede do CNPF, o patronato francês, em Paris. Entre as empresas representadas encontravam-se a Aérospatiale, EDF, Alcatel, CEC-Alsthom, Spie-Batignolles, L'Oréal, BNP, Total, e outras. Disse o presidente sul-africano que as empresas não deveriam diferir os seus investimentos na África do Sul, enquanto aguardam que tenham lugar outras mudanças políticas, ou que se concretize a evolução económica do ANC (Congresso Nacional Africano). A reacção francesa teria sido positiva, e uma delegação do patronato francês deslocar-se-á à África do Sul nos próximos dias 8 a 12 de Março.